

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CURSO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025.2)

DESINFORMAÇÃO DIGITAL E SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS
FAKE NEWS RELACIONADAS À COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO
BRASIL.

Francisca Adrielly Bezerra Felipe
Stefeson Bezerra de Melo

RESUMO

Este trabalho analisou os impactos da disseminação de *fake news* no Brasil durante o período de 2020 e 2022, com ênfase nas consequências para saúde pública durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, partiu do reconhecimento de que a desinformação, intensificada pela popularização das redes sociais, compromete gravemente a adesão da população às medidas sanitárias e à vacinação. Foram mapeadas as principais *fake news* que circulavam sobre vacinas, tratamentos e medidas de prevenção, evidenciando como informações falsas prejudicaram campanhas oficiais de saúde e aumentaram a hesitação vacinal. Os dados coletados revelaram uma porcentagem alta dos brasileiros que identificaram notícias falsas sobre vacinas nas redes sociais e que acreditavam que *fake news* prejudicava o combate à pandemia, e o Facebook foi o principal canal de propagação. A pesquisa demonstrou que a infodemia representou um dos principais obstáculos ao enfrentamento da Covid-19 no Brasil, afetando diretamente a confiança nas instituições científicas e nas políticas públicas de saúde. Em resumo, o estudo contribui para compreender a circulação e os efeitos da desinformação digital, oferecendo informações essenciais para o combate à infodemia e o fortalecimento da literacia em saúde.

Palavras-chave: *Fake News*; Desinformação; Covid-19; Saúde Pública; Infodemia; Redes Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando um grave desafio relacionado à disseminação de informações falsas sobre a saúde. Com o avanço da tecnologia, incluindo as redes sociais e os aplicativos de mensagens, conteúdos enganosos sobre vacinas, tratamentos e doenças têm se espalhado rapidamente, alcançando milhões de pessoas e comprometendo a confiança nas instituições de saúde pública.

Esse contexto impulsionou a criação de um novo termo para se referir à produção e circulação de mentiras, enganações e equívocos: *fake news*, ou notícias falsificadas. A popularidade da expressão levou à sua adoção em propostas legislativas voltadas ao problema em vários países, inclusive o Brasil (Meneses, 2019; Allcott; Gentzkow, 2017). No entanto,

diversos pesquisadores definem fake news como um tipo específico de desinformação que imita as características do noticiário no intuito de se passar por jornalismo legítimo (Wardle; Derakhshan, 2018; Tandoc; Lim; Ling, 2018). Além disso, a noção de notícias falsificadas está subsumida no conceito mais geral de desinformação, que vem se cristalizando na academia, referindo-se a conteúdos deliberadamente falsos ou distorcidos, criados com o objetivo de enganar o receptor (Wardle; Derakhshan, 2018).

A disputa pela hegemonia da comunicação é tão antiga quanto a própria humanidade, mas ganhou contornos ainda mais intensos a partir da popularização dos aparelhos celulares, da internet, das redes sociais e dos aplicativos de mensagens instantâneas, que hoje são utilizados pela maioria da população (Alvim, 2021). À medida que a rede mundial de computadores evoluiu, a internet, as redes sociais e os aplicativos passaram a entregar cada vez mais dados e informações aos usuários, a ponto de criar cenários de excesso informacional que, de maneira paradoxal, levaram pessoas e comunidades à desinformação, confusão, angústia e impotência (Ferrari, 2020). A vacinação anticovid tem sido alvo frequente de *fake news*, o que prejudica muito o avanço do percentual de pessoas imunizadas, afirmou a secretária de Comunicação do Amazonas (Secom-AM), Josiclecia Gomes Nogueira. (Agência Senado, 2021).

Os dados estatísticos coletados revelam um crescimento exponencial da desinformação, com 329 fake news identificadas sobre Covid-19 apenas nos primeiros seis meses de 2020 (Barcelos *et al.*, 2021), evoluindo para 21.012 denúncias recebidas pelo TSE durante as eleições de 2022, representando um aumento de 6.288% em relação às eleições municipais de 2020 (Tribunal Superior Eleitoral, 2022). Pesquisas indicam que 400 mil mortes por Covid-19 poderiam ter sido evitadas caso não houvesse predominado a desinformação sobre medidas sanitárias (Ceará, 2025), enquanto 91% dos profissionais de saúde relataram que as *fake news* constituíram um obstáculo significativo no combate à pandemia (Fiocruz 2020-2021).

Para Aragão, Murillo (2021) “fracassamos em obter da sociedade um comportamento que colaborasse para o enfrentamento à covid-19”. Ele afirmou ainda que houve dúvidas, por parte do governo, sobre como combater a covid-19, com a propagação de orientações como o uso de “tratamento precoce”. (Agência Senado, 2021).

Depois que a existência de uma infodemia sobre a Covid-19 foi declarada oficialmente, o impacto do fenômeno e, em especial, das *fake news* a respeito do assunto pôde ser identificado no Brasil. Levantamento sobre 329 notícias falsas sobre o SARS-CoV-2, verificadas pelos

serviços de fact-checking do Portal G1 e do Ministério da Saúde, entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2020, confirmou que as *fake news* acerca da Covid-19 divulgadas nos primeiros seis meses de pandemia se caracterizam por conteúdos de posicionamento político, desinformação sobre infecções e mortes e medidas ineficazes de prevenção e tratamento da doença (Barcelos et al., 2021; G1, 2020). No período compreendido pela checagem, segundo dados do *Google Trends*, houve aumento de 34,3% nas buscas por termos presentes nas notícias falsas examinadas pelas duas agências (Barcelos et al., 2021).

Segundo pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), realizada entre 11 de abril e 13 de maio de 2020, entre as *fake news* sobre a Covid-19 que circulavam nas redes sociais e nos aplicativos de mensagem à época, 24,6% afirmavam que a doença era uma estratégia política, 10,1% ensinavam métodos caseiros para prevenir o contágio pelo novo coronavírus, 10,1% defendiam o uso de cloroquina e hidroxicloroquina como forma de tratamento e 7,2% argumentavam contra políticas de distanciamento social (Fiocruz, 2020).

Entre as *fake news* veiculadas por perfis com grande engajamento que tiveram efeitos deletérios para a saúde pública brasileira, destacam-se: “vacinas contra Covid-19 alteram o DNA humano”; “*lockdown* não funciona”; “vacina de mRNA mensageiro tem chip”; “cloroquina é eficaz no tratamento da Covid”; “ivermectina e azitromicina são eficazes contra a Covid”; e “máscara reduz oxigenação do corpo” (Barcelos et al., 2021; Fiocruz, 2020).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da disseminação de *fake news* no Brasil entre os anos de 2020 a 2022, com foco em suas consequências para a saúde pública, por meio de análise documental e de dados. Para isso, busca-se identificar os principais canais digitais responsáveis pela propagação das notícias falsas, especialmente redes sociais e aplicativos de mensagens, bem como quantificar e categorizar as principais *fake news* que circularam no país durante a pandemia de Covid-19. Esta pesquisa é justificada pela urgência de compreender a circulação e os efeitos dessas informações falsas, que comprometem a confiança na ciência. Dessa maneira, este estudo visa oferecer informações que ajudem no combate à desinformação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Impactos da desinformação e da infodemia na saúde pública durante a pandemia de Covid-19

Em junho de 2021, em meio ao caos de desinformação que predominava nas redes sociais online e nos aplicativos de mensagens (Fapesp, 2021). No momento em que o Brasil atingiu 508 mil mortes registradas por COVID-19, pesquisa citada pela (Fapesp, 2021) e (Ceará, 2025) indicavam que “400 mil dessas mortes poderiam ter sido evitadas se houvesse campanhas oficiais de esclarecimento e não predominasse a desinformação generalizada sobre uso de máscaras, distanciamento social, medicamentos e vacinas”. A disseminação de *fake news*, definida por Wardle (2017) e Derakhshan (2023) como uma forma de desinformação que imita notícias legítimas para enganar o receptor, revelou o impacto negativo que informações falseadas podem exercer em crises sanitárias, comprometendo medidas de prevenção e tratamento.

Segundo a Cofen (2025) a infodemia sobre a covid-19 confundiu os pacientes, prejudicou a adesão a medidas sanitárias fundamentais e estimulou comportamentos negativos da população em relação à pandemia. A falta de posicionamento assertivo das autoridades influenciou no processo infodêmico sobre a covid-19. Visto por muitos estudiosos como principal desafio do século XXI, o combate vigoroso às *fake news* é pauta da sociedade globalizada. Mesmo sob ameaça de bilionários donos das principais plataformas de redes sociais, o debate sobre regulação de conteúdos nas redes sociais ganha força no cenário mundial. Em tempos sombrios, parece que a luz da verdade indica que o monitoramento e a checagem de fatos está apenas começando a despertar a razão humana.

Cunha (2020) mostra que *fake news* induzem cotidianos de desconfiança e incerteza, contribuindo para interrupção de tratamentos, efeitos adversos e a adoção de supostas medidas “curativas” sem respaldo científico, como observado durante a pandemia do coronavírus. Galhardi et al. (2020), ao analisarem o estágio inicial da crise, identificaram que a rápida propagação de notícias falsas sobre a eficácia de medicamentos e métodos preventivos prejudicou campanhas oficiais de saúde pública, levando a práticas prejudiciais e dificultando o enfrentamento da doença.

2.2 Consequências sociais e institucionais da desinformação e estratégias de enfrentamento da infodemia

O excesso de informações, precisas ou não, que enganam pessoas comuns e os conduzem ao abismo da ignorância submissa, pode ser chamado de infodemia, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) pontua que o duelo entre o que é real e fruto de pesquisas científicas e o metaverso das bolhas de desinformação fez com que a pergunta filosófica sobre “o que é realmente verdadeiro e o que não?” atravessasse o tempo e ganhasse força no século XXI novamente. Oliveira (2023) reforça que as redes sociais e aplicativos de mensagens ampliam a circulação de informações duvidosas, contribuindo para a formação de bolhas informacionais, as quais geram polarização e resistência à comunicação oficial.

Freire, Nathália; Galhardi, Cláudia; *et al.* (2023) enfatizam que 91% dos profissionais de saúde brasileiros consideram as *fake news* um obstáculo crucial ao combate à Covid-19, com 76% atendendo pacientes influenciados por notícias falsas, o que amplia os desafios para o SUS e demais sistemas locais de saúde. Fachin (2025) pontua que a ausência de regulamentação eficaz e o envolvimento de figuras públicas na propagação dessas informações agravam o fenômeno da infodemia, tornando difícil sua contenção.

A teoria da comunicação crítica destaca que o fenômeno da desinformação é intrinsecamente ligado a relações de poder e hegemonia discursiva, sendo explorado para minar consensos científicos e influenciar comportamentos coletivos (Habermas, 1984; Volkoff; Strauch, 2004). Essa compreensão amplia a visão de que o combate às *fake news* perpassa não apenas o aspecto informativo, mas também um enfrentamento político e social.

Diante disso, estudos evidenciam que a infodemia de COVID-19 tem exposto as populações a riscos à saúde, com destaque para os agravos na saúde mental, como estresse, ansiedade, medo e depressão. Isso, devido à exposição frequente às informações e notícias sobre a COVID-19. (Revista Cubana, 2022).

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem metodológica documental, de natureza quantitativa e qualitativa, fundamentada exclusivamente em consultas e levantamentos em fontes digitais e públicas disponíveis na internet (Barcelos et al., 2021). O recorte da pesquisa contempla o período de 2020 a 2022, com ênfase na produção, circulação e impacto das *fake news* relativas à pandemia de Covid-19 no Brasil.

A seleção dos dados foi realizada por meio de coleta sistemática nos bancos das principais agências de checagem nacionais, incluindo “Lupa”, “Aos Fatos” e principalmente a plataforma “Fato ou Fake”, mantida pelo “portal G1” (G1, 2020). Tais plataformas organizam bases de dados estruturadas com exemplos de desinformação sobre a pandemia, permitindo a identificação, compilação e análise conforme critérios de data, formato, canal de circulação e temática central (Grupo Globo, 2020; Barcelos et al., 2021). O emprego dessas fontes digitais e públicas é crucial para a compreensão do fenômeno da desinformação na contemporaneidade, especialmente no contexto brasileiro durante a pandemia.

A análise quantitativa consistiu na identificação, categorização e mensuração da frequência das *fake news* coletadas, bem como sua distribuição ao longo do período estudado. Os dados foram organizados em quadros e gráficos, possibilitando a visualização dos principais temas recorrentes (vacinas, tratamentos e medidas sanitárias), periodicidade da circulação e canais predominantes para disseminação, como WhatsApp, Facebook e demais redes sociais (G1, 2020; Barcelos et al., 2021). Essa análise quantitativa permite mapear o panorama da desinformação e compreender suas dinâmicas.

No âmbito qualitativo, foi realizada análise de conteúdo das publicações selecionadas, buscando identificar padrões de discurso, recursos linguísticos empregados e impactos alegados ou percebidos junto à sociedade (Bardin, 2016; G1, 2020). O procedimento metodológico seguiu as etapas de leitura, categorização temática e interpretação do contexto sociocomunicacional, além da análise de estudos e relatórios institucionais sobre os efeitos da desinformação na saúde pública (Barcelos et al., 2021). A conjugação das abordagens quantitativa e qualitativa confere maior robustez à pesquisa, permitindo compreender tanto a extensão quanto às implicações contextuais do fenômeno das *fake news*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentaremos uma análise quantitativa, realizada a partir dos dados do site do Ministério da Saúde, Covid-19 no Brasil, referentes ao período de 27/03/2020 a 30/12/2022, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os resultados permitem evidenciar como a Covid-19 se consolidou como uma pandemia de grande magnitude, afetando o país de forma heterogênea, com variações significativas nos índices de incidência, mortalidade e distribuição regional dos casos e óbitos.

Quadro 1 - Painel de monitoramento Covid-19 do Ministério da Saúde

Região	População	Casos novos notificados na semana epidemiológica	Casos acumulados	Incidência covid 19 (100 mil hab)	Óbitos novos notificados na semana epidemiológica	Óbitos acumulados	Taxa mortalidade (100 mil hab)
Totais	210.147.125	210.930	36.331.281	17.288.50	1.159	693.853	330.17
Sudeste	88.371.433	96.425	14.407.277	16303.09	638	333.330	377.19
Nordeste	57.071.654	25.867	7.206.999	12.627.98	249	133.829	234.49
Sul	29.975.984	56.001	7.712.937	25.730.39	146	109.809	366.32
Centro-Oeste	16.297.074	23.884	4.164.493	25.553.62	98	65.522	402.06
Norte	18.430.980	8.753	2.839.575	15.406.53	28	51.363	278.68

Fonte: Adaptado do ministério da saúde (2025).

Observa-se que o Sudeste, com maior população (88,3 milhões), concentra o maior volume de casos notificados (96.425 na semana analisada) e casos acumulados (14.407.277).

Assim com o maior número absoluto de óbitos acumulados (333.330) e a taxa de mortalidade de 377,19 por 100 mil habitantes. O Nordeste (57 milhões) segundo em população, apresenta incidência (12.627.98) e mortalidade (234.49) menores que o Sudeste. O Sul e Centro-Oeste têm incidências por 100 mil hab. de 25.730,39 e 25.553,62, respectivamente, superiores à média nacional (17.288,50), com taxas de mortalidade também elevadas: 366,32 (Sul) e 402,05 (Centro-Oeste) por 100 mil habitantes. A região Norte destaca-se por apresentar menores números absolutos devido à menor população, mas com incidência (15.406,53) e taxa de mortalidade (278,68) próximas à média nacional.

O quadro 2 mostra uma análise qualitativa, realizada a partir dos dados do site agência da hora, agência experimental de notícias. Publicado e atualizado em 11/11/2021 às 19h18. A análise apresentada no quadro demonstra cinco das fake news mais absurdas que circularam sobre a vacinação contra a Covid-19 durante a pandemia, evidenciando como a desinformação se espalhou rapidamente e influenciou percepções equivocadas da população.

Quadro 2 - Painel de Top 5 Fake News mais absurdas sobre a vacina.

TOP 5 FAKE NEWS MAIS ABSURDAS SOBRE A VACINA.		
	FAKE NEWS	FORMA DE DISSEMINAÇÃO
1	–A vacina contra a Covid-19 vai modificar o DNA dos seres humanos –	Segundo a BBC News, essa teoria iniciou com um vídeo de Carrie Madej, osteopata americana, em grupos antivacina. Essa fake news afirma que a vacina mudaria o DNA humano, criando uma “nova espécie e, talvez, destruindo a nossa”.
2	– A vacina contra a Covid-19 tem chip líquido e inteligência artificial para controle populacional –	Circulam pelas redes sociais vídeos que afirmam que as vacinas foram desenvolvidas para controlar a população. Segundo o G1, os vídeos dizem que “o plasma dessa vacina, que é o líquido, vem com uma codificação que traz uma leitura para inteligência artificial, então eles têm o nosso controle através disso. É como se fosse um chip, mas de forma líquida, que é o plasma”.
3	– Imunizantes contra Covid-19 estão relacionados à transmissão de HIV –	Circula por meio de aplicativos de mensagem instantânea um texto defendendo que a imunização contra a Covid-19 está relacionada à transmissão do vírus causador da AIDS. Segundo a mensagem, o vírus HIV teria sido encontrado em um percentual 17 vezes maior entre os vacinados.
4	– Vacinas contra Covid-19 criam campo magnético no corpo de quem é imunizado –	Usuários de redes sociais compartilharam, em todo o mundo, vídeos em que pessoas que receberam o imunizante contra a Covid-19 fixam moedas e outros objetos metálicos no braço. Segundo afirmam os usuários, o fato de conseguirem firmar objetos sobre o local onde a vacina é aplicada comprovaria, então, a existência de microchips capazes de criar um campo magnético contidos no imunizante.
5	– CoronaVac não tem comprovação científica –	Essa é uma informação falsa. Segundo o Instituto Butantan, a CoronaVac, vacina do Instituto Butantan feita em parceria com a biofarmacêutica Sinovac, se mostrou eficiente nos ensaios clínicos e em diversos outros estudos, tanto no Brasil quanto no exterior.

Fonte: Adaptado do agência da hora (2025).

A primeira delas afirma que a vacina teria a capacidade de modificar o DNA humano. Essa teoria, iniciada por grupos anti vacina após a divulgação de um vídeo internacional, disseminou a ideia de que o imunizante poderia alterar o material genético e criar uma “nova espécie”. No entanto, segundo o site Agência da hora, especialistas esclareceram para agências de checagem e portais de notícias que as vacinas usam uma técnica inédita, o RNA mensageiro.

Ele faz com que parte do material genético do coronavírus, seja absorvido por nossas células, para elas produzirem uma proteína característica que será detectada pelo sistema imunológico.

“A ideia é que o nosso corpo aprenda desta forma a nos proteger da Covid-19. Mas essa tecnologia não altera o DNA das nossas células e, portanto, não cria seres humanos geneticamente modificados”, explicaram especialistas para a BBC News.

Outra fake news amplamente divulgada foi a de que as vacinas possuíam um “chip líquido” ou algum tipo de sistema de inteligência artificial capaz de controlar a população. Essa teoria surgiu em vídeos nas redes sociais que alegavam que o líquido da vacina continha códigos rastreáveis.

Portanto, o G1 consultou especialistas nas áreas de biomedicina, inteligência artificial e microeletrônica. Todos refutaram a teoria e os argumentos, explicando que não existem chips líquidos, muito menos capazes de controlar a pessoa. A presidente da Sociedade Brasileira de Microeletrônica, Linnyer Beatrys Ruiz Aylon, explicou para o G1 que “apesar de todo desenvolvimento que temos conseguido com o silício e de produzirmos quintilhões de dispositivos no mundo, não existem chips líquidos ou solúveis em plasma ou sangue e tampouco chips que possam estar ‘escondidos’ em vacinas. Em nosso conhecimento, isso não é possível. *Fake news.*”

Também circulou a informação falsa de que a vacinação estaria associada ao aumento de casos de HIV entre imunizados. Essa notícia foi compartilhada principalmente através de mensagens em aplicativos, sugerindo uma relação inexistente entre o imunizante e o vírus causador da AIDS.

Segundo o site Agência da hora, o boato foi iniciado pelo site canadense de teorias da conspiração Civilian Intelligence Network que apresenta uma interpretação errônea de um artigo publicado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC). O trabalho não estabelece, em nenhum momento, uma relação causal entre o HIV e a vacinação contra a Covid-19. Em um determinado trecho do artigo, os cientistas informaram que, cruzando dados do sistema estadual de vigilância de HIV, verificou-se que 30 (ou 6,4%) dos 469 casos detectados de Covid-19 foram entre pessoas vivendo com o HIV.

Outra *fake news* que ganhou grande alcance afirmava que as vacinas criaram um campo magnético no corpo dos vacinados, permitindo que objetos metálicos ficassem presos à pele.

Vídeos nas redes sociais exibiam pessoas fixando moedas e alegando a presença de microchips magnéticos nos imunizantes.

Em entrevista para o UOL, Fernando Kokubun, professor de física da FURG (Universidade Federal do Rio Grande), expõe que as vacinas não possuem qualquer nanopartícula ou ingrediente com propriedades magnéticas. “Se fosse assim, até as ampolas ficariam grudadas umas nas outras.” O professor também explica que o suposto magnetismo pode ser reproduzido se a pessoa estiver com a pele úmida ou se ainda tiver resquícios de cola deixados por curativos no local onde a vacina foi aplicada.

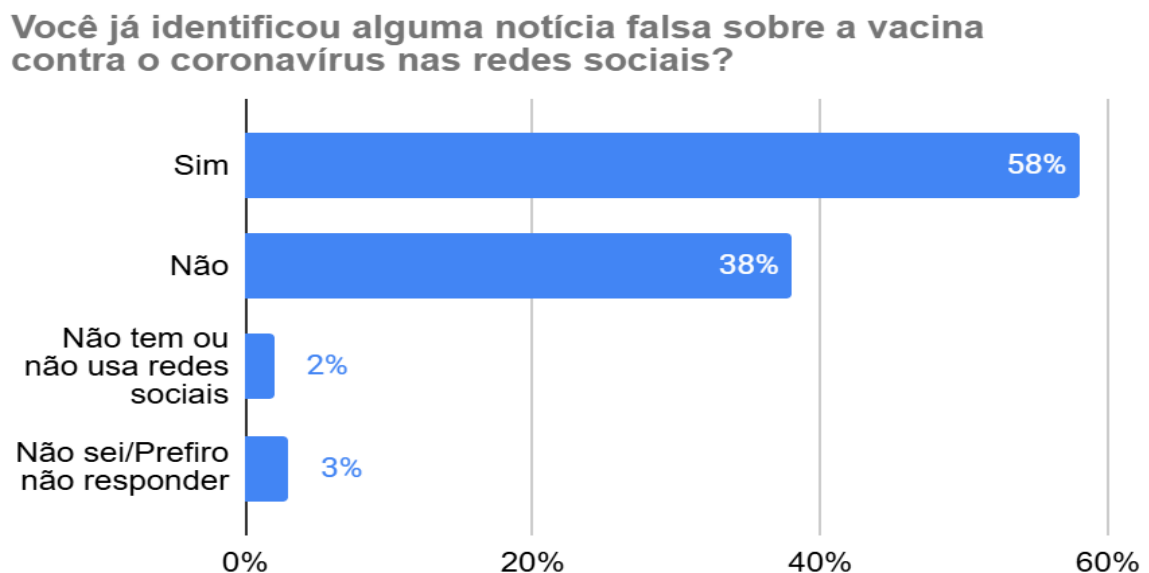
Por fim, houve a divulgação de que a CoronaVac não possuía comprovação científica. Essa informação foi refutada por órgãos como o Instituto Butantan, que reforçou que a vacina passou por todas as fases de ensaios clínicos e apresentou eficácia comprovada em estudos nacionais e internacionais. A disseminação dessa *fake news* refletiu a tentativa de desacreditar um imunizante que se mostrou essencial na contenção da pandemia no Brasil.

O resultado da fase 3 dos ensaios clínicos feitos pelo Butantan mostrou que, ao ser aplicada com intervalo de 21 a 28 dias entre doses, a vacina atinge eficácia de 64%. Além disso, segundo informações do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe, do Ministério da Saúde, “a CoronaVac foi uma das responsáveis pela queda de 88% na média de óbitos semanais de idosos entre os meses de março e agosto [de 2021] – esse é um público que foi majoritariamente imunizado com a vacina do Butantan”.

Em uma pesquisa feita pelo DataSenado de 11 a 13 de maio de 2021, entrevistados 2.500 brasileiros de 16 anos ou mais, em amostra representativa da opinião da população brasileira, mostra que a maioria dos brasileiros afirmam ter identificado alguma notícia falsa sobre a vacina contra o Covid-19 nas redes sociais.

Na figura 1 apresenta os resultados referentes à identificação de notícias falsas sobre a vacina contra o coronavírus nas redes sociais. Observa-se que a maioria dos participantes afirmou já ter se deparado com esse tipo de conteúdo, representando 58% das respostas. Esse dado evidencia a ampla circulação de desinformação no ambiente digital durante o período analisado. Em contrapartida, 38% dos respondentes declararam não ter identificado notícias falsas, o que indica uma parcela significativa da população que, embora exposta às redes sociais, não percebeu ou não reconheceu conteúdos enganosos relacionados à vacinação. Além disso, um grupo minoritário relatou não utilizar redes sociais (2%) ou não saber/preferir não responder (3%), demonstrando que a influência da desinformação atinge principalmente aqueles que fazem uso ativo dessas plataformas. De modo geral, os resultados reforçam a presença consistente de *fake news* no contexto digital e a necessidade de estratégias de educação midiática e científica para combater seus impactos sobre a saúde pública.

Figura 1 - Identificação de notícias falsas sobre a vacina contra o coronavírus nas redes sociais.



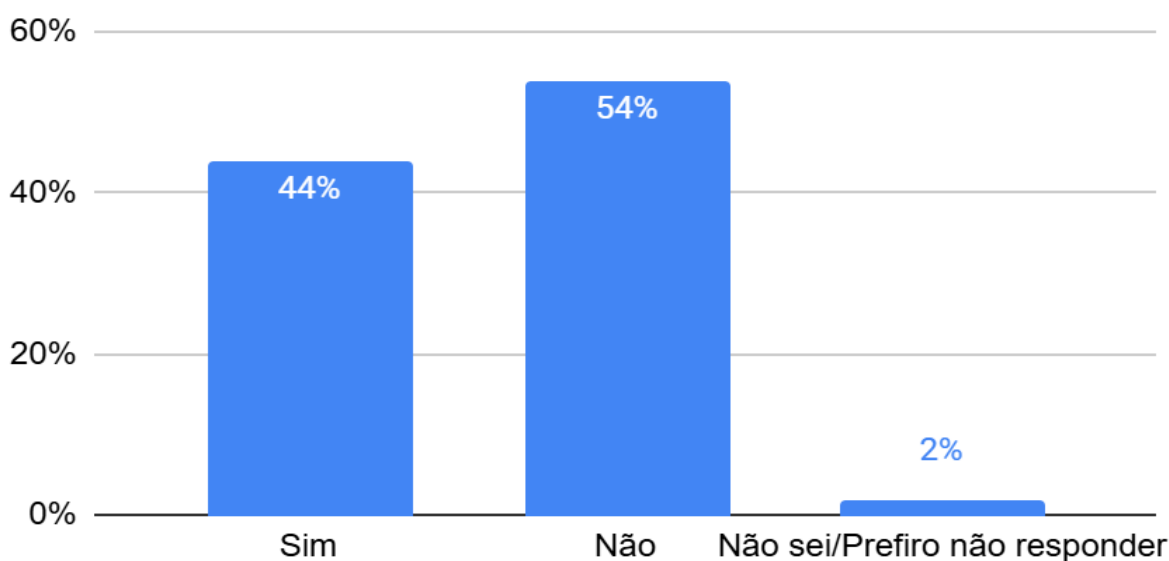
Fonte: Adaptado do senado federal (2025).

A figura 2, detalha as respostas à pergunta sobre o recebimento de notícias que afirmam que a vacina contra o coronavírus pode causar prejuízo à saúde. Os dados mostram que 44% dos respondentes disseram que receberam esse tipo de notícia.

Já 54% afirmaram não ter recebido esse tipo de notícia. Essa proporção maior pode demonstrar, por um lado, que a circulação de *fake news* não alcançou todos, ou, por outro, que houve maior filtragem de informações, possivelmente por buscar fontes mais seguras e confiáveis, como médicos e órgãos oficiais de saúde. Apenas 2% não souberam ou preferiram não responder, o que sugere que a maioria dos participantes teve clareza sobre esse tipo de exposição.

Figura 2 - Recebimento de notícias sobre o prejuízo da vacina à saúde.

Você recebeu alguma notícia dizendo que a vacina contra o coronavírus pode trazer prejuízo à saúde?

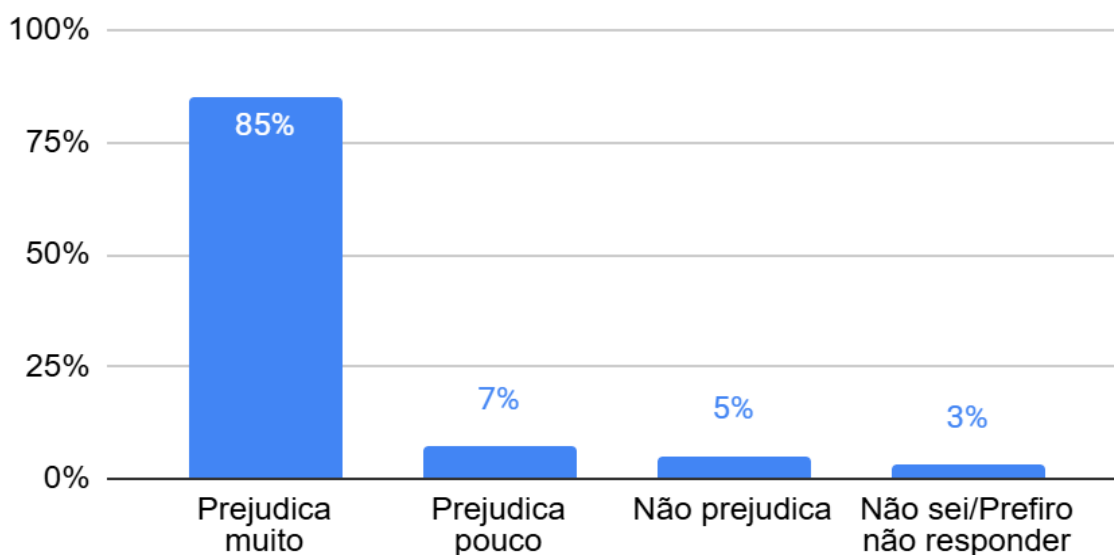


Fonte: Adaptado do senado federal (2025).

No gráfico 3 com dados da pesquisa do DataSenado, observa-se que 85% da população acredita que a divulgação de notícias falsas prejudica de forma significativa o combate ao coronavírus, evidenciando a percepção social de que a desinformação compromete diretamente as ações de enfrentamento à pandemia.

Figura 3 - Impacto da divulgação de notícias falsas no combate ao coronavírus, segundo a população.

Pra você, o quanto a divulgação de notícias falsas prejudica o combate ao coronavírus?



Fonte: Adaptado do senado federal (2025).

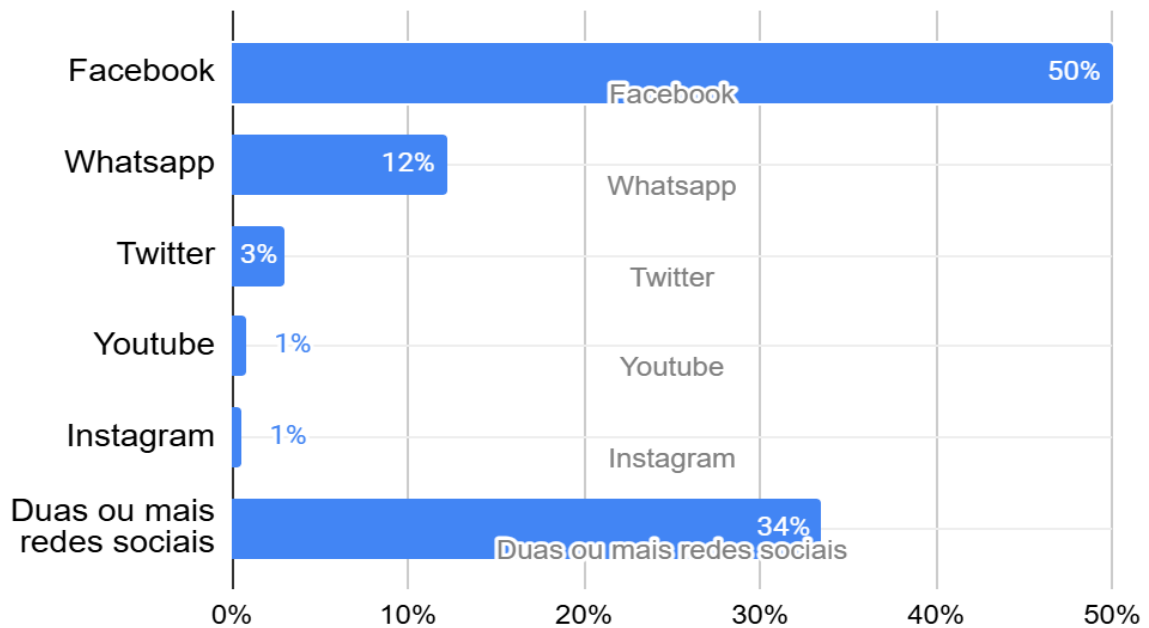
O gráfico aborda uma pergunta central: o grau de prejuízo percebido pelos entrevistados da divulgação de *fake news* no contexto do combate ao coronavírus. Os resultados mostram um predomínio marcante: 85% dos participantes acreditam que a divulgação de notícias falsas prejudica muito as ações de combate à pandemia.

Apenas 7% dos respondentes julgam que o prejuízo causado seja pequeno, enquanto 5% afirmaram que não há prejuízo. Por fim, 3% preferiram não opinar. Assim, fica evidente na tabela a percepção majoritária de que as *fake news* representam um importante entrave ao enfrentamento da pandemia, pois contribuem para desinformar e colocar em risco medidas de prevenção fundamentais.

Na figura 4 vemos o ranking divulgado no Jornal da USP, mostra o ranking de canais de propagação das *fakes news* sobre a Covid-19 no Brasil.

Os dados apresentam os principais canais de propagação de *fake news* sobre a vacina contra o coronavírus, elencando as redes sociais mais citadas pelos respondentes da pesquisa, assim como suas respectivas porcentagens.

Figura 4 - Ranking das redes sociais



Fonte: Adaptado do Jornal da USP (2025).

O Facebook aparece em primeiro lugar, sendo responsável por 50% dos relatos de propagação de notícias falsas. Na segunda posição está o WhatsApp, com 12,18%, destacando-se pelo seu uso em conversas privadas e grupos fechados. Em terceiro lugar, o Twitter foi mencionado por 3,04% dos participantes. Apesar de ser uma rede voltada para informações em tempo real, sua participação na circulação das *fake news* mostrou-se inferior em relação às demais plataformas.

A quarta posição é ocupada pelo YouTube, indicado por 0,76% dos respondentes. Em quinto lugar, o Instagram foi citado por 0,50% dos participantes, demonstrando que, na percepção dos entrevistados, essa rede exerce papel marginal na propagação de *fake news* sobre o assunto analisado.

Por fim, destaca-se a categoria “Duas ou mais redes sociais”, mencionada por 33,50% dos respondentes. Esse resultado indica que um número considerável de participantes enxerga a disseminação de *fake news* ocorrendo simultaneamente em várias plataformas, o que revela um fenômeno de interligação e reforço entre diferentes meios digitais.

5 CONCLUSÃO

O estudo destaca que a desinformação representou um dos principais obstáculos ao enfrentamento da Covid-19 no Brasil, afetando diretamente a adesão às medidas de saúde e a confiança nas vacinas. Ao longo da pesquisa, evidência que a maioria das pessoas reconhece a gravidade do problema e percebe que as redes sociais são a principal fonte para a circulação de notícias falsas. Esse ambiente de incerteza contribuiu para o aumento da hesitação vacinal e dificultou o alcance das metas de imunização necessárias para controlar a pandemia. A maior parte da população reconhece os canais como Facebook e Whatsapp como os principais meios de circulação dessas *fake news*.

Estudos indicam uma relação direta entre o crescimento da disseminação de *fake news* e o aumento das taxas de mortalidade por Covid-19 no Brasil. Isso demonstra que, nos períodos em que esses conteúdos circulavam em grande volume, também foram registrados mais óbitos.

O levantamento do DataSenado evidencia um alto grau de percepção coletiva sobre os impactos negativos da desinformação, mostrando que 85% dos participantes acreditam que as *fake news* dificultam de maneira significativa o enfrentamento da pandemia. Esse cenário demonstra a complexidade do problema, uma vez que a circulação de informações falsas ocorre simultaneamente em múltiplas plataformas, promovendo um processo de interligação e fortalecimento mútuo entre diferentes meios digitais.

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de intensificar as iniciativas de educação comunicacional e científica, a fim de habilitar as pessoas a reconhecer e questionar informações suspeitas antes de divulgá-las. Ademais, a fim de conter a disseminação acelerada de informações falsas e minimizar seus efeitos na saúde pública, é fundamental implementar políticas públicas mais rigorosas de monitoramento e regulação das plataformas digitais. Assim, é essencial a colaboração entre o Estado, instituições de saúde, meios de comunicação e sociedade civil para desenvolver estratégias unificadas de combate à desinformação. Isso garantirá que informações confiáveis alcancem um público maior e ajudem a tomar decisões mais conscientes e voltadas à proteção da vida.

6 REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

ALVIM, M. Desinformação e seu impacto na sociedade contemporânea. *Cadernos de Comunicação*, v. 25, n. 3, p. 115-130, 2021.

CUNHA, Aline Marques da et al. Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia de Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 1953-1964, maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PBmHtLCpJ7q9TXPwVZ3kGH/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BARCELOS, T. N. et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 em Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, e65, 2021.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 21 nov. 2025.

CEARÁ. Estudo inédito da Uece destaca impacto das fake news sobre vacinação na mortalidade por COVID-19. Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Desinformação e fake news são entraves no combate à pandemia, aponta debate. Brasília: Senado Federal, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entreve-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>. Acesso em: 1 dez. 2025.

COFEN. Infodemia: notícias falsas sobre saúde dominam redes sociais, induzem ao erro e desafiam autoridades. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2025.

FIOCRUZ. Notícias falsas sobre a COVID-19: pesquisa da Fiocruz revela tipos e efeitos. Rio de Janeiro, 2020.

G1. Fato ou Fake – Coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MENESES, C. A. Fake news e seu impacto na política brasileira. *Revista de Estudos Políticos*, v. 42, n. 1, p. 45-62, 2019.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining "fake news": a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Pesquisa de Denúncias sobre Eleições 2020 e 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 21 nov. 2025.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, M. Thinking critically about information: In-depth report. Strasbourg: Council of Europe, 2023.

BARCELOS, T. N. et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, e65, 2021. BORGE, E.; MAZZON, J. A. Comunicação e sociedade em tempos de crise: desafios e perspectivas. *Revista Comunicação Midiática*, v. 6, n. 1, p. 77-95, 2021.

PESQUISA FAPESP. Os caminhos da desinformação nas redes sociais na pandemia. São Paulo: FAPESP, [2021?]. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-caminhos-da-desinformacao-nas-redes-sociais-na-pandemia/>. Acesso em: 1 dez. 2025.

FACHIN, J. A regulação da desinformação e os desafios contemporâneos no Brasil. *Revista de Direito e Sociedade*, v. 12, n. 3, 2025.

GALHARDI, Cláudia Pereira; et al. Fake news e saúde pública: um desafio para a comunicação do SUS. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00123420, 2020. HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. KURZIDIM, M. F.; NASCIMENTO, L. L. Impacto da desinformação na adesão vacinal: um estudo brasileiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, p. 85, 2023.

AGÊNCIA DA HORA. Boato sobre HIV e vacinação contra a Covid-19. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora>>. Acesso em: 11 dez. 2025.

ARTIGO • Ciênc. saúde coletiva 28 (10) 23 Out 2023Out 2023 • <https://doi.org/10.1590/1413-812320232810.13902022>

FREIRE, Nathália; GALHARDI, Cláudia; et al. Impactos da infodemia sobre a COVID-19 para profissionais de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 10, p. 3045-3056, 2023.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra et al. Repercussões da infodemia associada ao COVID-19 na saúde mental do idoso no Brasil. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, v. 33, e1871, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/262839/001144048.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SCIELO BRASIL. Impactos da infodemia sobre a COVID-19 para profissionais da saúde. 2023.

ARAGÃO, Murillo de. Declarações sobre comportamento social e enfrentamento à COVID-19 em debate da Comissão Temporária da Covid-19. In: *Agência Senado*, 05 jul. 2021

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

BARCELOS, T.N. et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 em Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 45, e65, 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.G1. Fato ou Fake – Coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

GRUPO GLOBO. FATO ou FAKE: em ano de pandemia, mais de mil checagens realizadas. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2020/noticia/2020/12/17/fato-ou-fake-em-ano-de-pandemia-mais-de-mil-checagens-realizadas.ghm>. Acesso em: 21 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Top 5 fake news mais absurdas sobre a vacina*. Agência da Hora, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/agencia-da-hora/2021/11/11/top-5-fake-news-mais-absurdas-sobre-a-vacina>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado revela opinião dos brasileiros sobre (ou “65% dos brasileiros sabem que a CPI da Covid-19 está em funcionamento”, se for esse o título da página). Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/65-dos-brasileiros-sabem-que-a-cpi-da-covid-19-esta-em-funcionamento>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FERREIRA, Ivanir. Notícias falsas sobre covid exploraram aspectos culturais para manipular população. *Jornal da USP*, São Paulo, 06 set. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/noticias-falsas-sobre-covid-exploraram-aspectos-culturais-para-manipular-populacao/>. Acesso em: 25 nov. 2025.